

A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ANDRÉS BELLO NA AMÉRICA HISPÂNICA

Kelly Cristini Granzotto Werner

kcgbr@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

RESUMO

Este artigo resulta da tese de doutorado¹ e se propõe a refletir sobre a política linguística proposta por Andrés Bello em suas intervenções sobre a língua espanhola na América Latina, que vão desde a produção de conhecimento linguístico à implementação no sistema educativo. Mobilizando conceitos de Calvet (2002, 2010), pensamos essa política linguística no interior da política cultural e estatal para o período pós-independência das nações latino-americanas da Espanha. Constatamos o protagonismo do autor na construção dos Estados nacionais e o alinhamento do seu projeto intelectual ao projeto geral do Estado.

Palavras-chave: Andrés Bello, política linguística, língua espanhola.

THE LANGUAGE POLICY OF ANDRÉS BELLO IN HISPANIC AMERICA

ABSTRACT

The present article is a result of the doctoral thesis and proposes the discussion on the language policy proposed by Andrés Bello in his interventions on the Spanish language in Latin America, ranging from the production of linguistic knowledge to its implementation in the educational system. From concepts by Calvet (2002, 2010), it was possible to think about this language policy within the cultural and State policy for the post-independence period of the Latin American nations from Spain. We note the role in the construction of national states and the alignment of the intellectual project of the author with the general project of the State.

Keywords: Andrés Bello, language policy, Spanish language.

Introdução

Por ocasião da execução da pesquisa de doutoramento, fizemos uma incursão pelo universo bellista, a fim de responder às questões da tese. Isso nos levou a revisitar a vida e a obra de modo geral para buscar compreender e propor uma reflexão sob um aspecto abordado pelo intelectual latino-americano Andrés Bello: a noção de língua presente na *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), sua obra mais conhecida e destacada, a partir do estudo da enunciação do gramático, mobilizando o referencial teórico da Semântica Histórica da Enunciação (Guimarães, 2002, 2018).

Essa incursão e a realização da tese nos permitiram, entre outras coisas, observar o papel comprometido e o protagonismo de Andrés Bello nas questões relativas ao movimento de independência política das nações latino-americanas da Espanha, e, sobretudo, da vida delas, no período, pós-independência, as primeiras décadas do século XIX. Sua atuação profissional (cargos para a coroa espanhola, ação diplomática, docência), política (senador chileno), educacional (professor, fundador e reitor da UCHILE), bem como sua produção intelectual (discursos, tratados, código civil, gramáticas, manuais, poesia, textos jornalísticos e de divulgação científica, traduções, entre outros) nos mostram que a participação destacada de Bello vai além da política linguística proposta por ele. Isso nos coloca em consonância com Moré (2017), compreendendo que o trabalho de Bello está inserido em um processo maior que envolve a articulação de dois projetos: o de construção dos jovens Estados-nação, necessário ao período pós-independência, e o de transformação cultural, imaginado como forma de civilização.

Considerando essa conjuntura sócio-histórica e política, é que nos propomos a examinar a política linguística de Andrés Bello, buscando refletir sobre ela, a partir do entendimento teórico de Calvet (2002, 2010) sobre o que vem a ser política linguística. Nessa linha, a política linguística de Bello se concretiza em suas intervenções sobre a língua que vão desde a produção de conhecimento linguístico, com textos ortográficos e gramaticais, à implementação no sistema educativo. Nossa observação recai sobre textos, cujos conteúdos desenvolvem questões importantes sobre o estudo e o conhecimento da língua por parte dos cidadãos e apontam regras para a prática linguística.

A ação política por meio da produção de conhecimento linguístico e sua implementação no sistema educativo para que, dessa forma, a língua espanhola possa ser estudada, tem como propósito adquirir e desenvolver o saber ortográfico e gramatical, isto é, saber a língua, expressar-se bem e corretamente na língua. Atingir esse objetivo tornava-se

decisivo na construção e exercício da cidadania e, conseqüentemente, essencial para o progresso das jovens nações republicanas.

Andrés Bello: trajetória biográfica e intelectual

O intelectual Andrés Bello nasceu em Caracas, Venezuela, em 1781 e faleceu em Santiago, no Chile, em 1865, aos 84 anos. Foi um dos mais destacados intelectuais de seu tempo e um cidadão latino-americano atuante. Viveu em três lugares diferentes – Caracas (1781-1810), Londres (1810-1829) e Santiago (1829-1865) – no período da passagem das colônias espanholas a jovens nações independentes e a sua construção, participando ativamente no projeto de independência política das colônias da metrópole espanhola e foi figura central na conformação de vários campos (educacional, legal, linguístico, político) no Chile pós-independente, principalmente. Também viveu na época de transição do século XVIII para o XIX. Tudo isso faz parte da trajetória biográfica e intelectual de Bello.

Sua formação intelectual começou em Caracas, onde recebeu uma educação clássica e religiosa, primeiramente no Convento de las Mercedes e depois no Seminário de Santa Rosa. Ali aprendeu latim, gramática e literatura pelos clássicos latinos e espanhóis e, de forma autodidata e, em paralelo, inglês e francês. Passada essa etapa, ingressou na Real y Pontificia Universidad de Caracas em 1797, onde fez o Curso de Bacharel em Artes, terminando-o em 1800. Esse curso era basicamente de filosofia, com estudos da lógica, da filosofia natural e da metafísica. Segundo Ardao (1986), essa formação institucional incluía tanto autores da filosofia escolástica quanto da moderna e crítica como Descartes, Locke, Berkeley, Condillac, entre outros. O conhecimento de inglês e de francês possibilitou a Bello a leitura direta dos textos.

Terminado o curso universitário, Bello passou a trabalhar como funcionário do governo, ou seja, para a Coroa espanhola, fazendo atividades administrativas. Em paralelo, ministrava aulas, escrevia e traduzia textos, inclusive para o jornal local. Além disso, realizava seus estudos e leituras, de modo que Amunátegui (1882, p. 55) resumiu o homem ávido pelo saber e pela leitura que Bello foi, escrevendo que “[e]l empleado no mató en él al hombre estudioso”.

No período caraquenho, o autor teve contato com figuras importantes como: Simón Bolívar, o futuro Libertador, do qual foi seu professor mesmo sendo mais novo do que ele. Ao seu lado, mais tarde, em 1810, fez parte de uma junta diplomática enviada à Europa para cuidar de assuntos da independência; Alexander von Humboldt, naturalista alemão, que

estava fazendo uma viagem de exploração científica da América Central e do Sul. Bello acompanhou parte dos trabalhos que o pesquisador alemão fez em Caracas.

Em Londres, Bello deu continuidade à sua formação intelectual, de modo informal e autodidata, no contato com outros intelectuais ingleses e escoceses e espanhóis exilados, com fontes da Linguística Histórico-Comparativa em bibliotecas particulares e também na do Museu Britânico. Essa situação lhe propiciou o contato com outras teorias que acabaram influenciando seu pensamento, e, por isso, vemos diferenças de entendimento da língua em obras rascunhadas em Caracas (por exemplo, a *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana* - 1841²), daquelas esboçadas em Londres e as produzidas em Santiago de Chile, em que se observam, no mesmo texto, diferentes teorias (como na *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* – 1847), permitindo a interpretação de que o autor não se filiou a uma em específico (Alonso, 1951; Velleman, 1976; Trujillo, 1988).

Tal formação se desenvolve em paralelo com sua atividade laboral na diplomacia, nas aulas particulares e na colaboração com textos para os jornais ingleses *Biblioteca Americana* e *Repertorio Americano* e com sua condição familiar e financeira, em um período difícil. Além do trabalho diplomático, das outras atividades laborais que fazia para sobreviver, dos estudos, da constituição familiar, nesse período Bello também produziu textos que foram publicados em Londres e depois no Chile. Ou seja, a etapa londrina foi dedicada ao trabalho, ao estudo, à família e ao início de uma produção própria. Exemplos disso, são alguns textos literários e as “*Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América*” (1823).

A situação financeira insustentável da família de Bello em Londres, alimentou o desejo do retorno ao continente natal, o que aconteceu em 1829. Quem o recebeu foi o governo chileno, para o qual passou a trabalhar. Ali permaneceu até o fim da sua vida. Foi funcionário público de três governos (Joaquín Prieto, Manuel Bulnes e Manuel Montt), foi senador da República por três mandatos, ou seja, 27 anos. Além disso, foi fundador e primeiro reitor da UCHILE, permanecendo nesse cargo durante 20 anos. Foi editor e colaborador do/no jornal mais importante do período, *El Araucano*. A etapa chilena de sua vida foi a mais produtiva, sendo os anos de 1840 a 1850, “la década triunfal”, na visão de um de seus biógrafos Iván Jaksic (2010, p. 55).

Afetado por suas experiências de vida (Caracas, Londres e Santiago) e pela conjuntura histórica, política e social, produziu de forma notável, em diferentes áreas: literatura, filologia (linguística), filosofia, tradução, jornalismo, direito, educação, política. Jaksic (2010, 2019) destaca, entre suas produções, as obras no campo do direito e das humanidades: *Principios de*

Derecho Internacional (1832), *Código Civil de la República de Chile* (1856) e a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847). Ou seja, a obra produzida forma um conjunto de temas variados e importantes para o momento sócio-histórico, político e intelectual em que viveu. Conforme o biógrafo (2010, p. 31), a produção completa de Bello pode ser encontrada sob o título de *Obras Completas*, que conta com 26 tomos, e foi publicada pela *Fundación la Casa de Bello*, em Caracas (1981-1984), a qual, segundo sua avaliação, seria a mais completa e acabada. Ainda assim, há outras edições publicadas anteriormente, no Chile e na Venezuela, na ocasião do centenário e do bicentenário de nascimento do autor. Para que tenhamos uma ideia geral do volume de sua produção, reproduzimos, na Figura 1, os conteúdos, os autores dos estudos preliminares e os tomos referentes.

Tomo I	<i>Poesía</i> , prólogo de Fernando Paz Castillo
Tomo II	<i>Borradores de poesía</i> , prólogo de Pedro Pablo Barnola, S.J.
Tomo III	<i>Filosofía</i> , prólogo de Juan David García Bacca
Tomo IV	<i>Gramática</i> , prólogo de Amado Alonso
Tomo V	<i>Estudios gramaticales</i> , prólogo de Ángel Rosenblat
Tomo VI	<i>Estudios filológicos-1</i> , prólogo de Samuel Gili Gaya
Tomo VII	<i>Estudios filológicos-2</i> , prólogo de Pedro Grases
Tomo VIII	<i>Gramática latina</i> , prólogo de Aurelio Espinosa Pólit, S.I.
Tomo IX	<i>Temas de crítica literaria</i> , prólogo de Arturo Uslar Pietri
Tomo X	<i>Derecho internacional-1</i> , prólogo de Eduardo Plaza
Tomo XI	<i>Derecho internacional-2</i>
Tomo XII	<i>Derecho internacional-3</i> (Documentos de la Cancillería de Chile), prólogo de Jorge Gamboa Correa
Tomo XIII	<i>Derecho internacional-4</i>
Tomo XIV	<i>Código civil-1</i> , prólogo general de Pedro Lira Urquieta. Incluye artículos 1 al 950
Tomo XV	<i>Código civil-2</i> , artículos 951 al 1.714
Tomo XVI	<i>Código civil-3</i> , artículos 1.715 al 2.524
Tomo XVII	<i>Derecho romano</i> , prólogo de Hessel E. Yntema
Tomo XVIII	<i>Temas jurídicos y sociales</i> , prólogo de Rafael Caldera
Tomo XIX	<i>Textos de gobierno</i> , prólogo de Guillermo Feliú Cruz
Tomo XX	<i>Labor en el senado</i> , prólogo de Ricardo Donoso
Tomo XXI	<i>Temas educacionales-1</i> , prólogo general de Luis Beltrán Prieto Figueroa
Tomo XXII	<i>Temas educacionales-2</i>
Tomo XXIII	<i>Historia y geografía</i> , prólogo de Mariano Picón Salas
Tomo XXIV	<i>Cosmografía</i> , prólogo de F.J. Duarte
Tomo XXV	<i>Epistolario-1</i> , prólogo general Óscar Sambrano Urdaneta. Cartas de 1809 a 1829
Tomo XXVI	<i>Epistolario-2</i> , cartas de 1829 al 1865

Figura 1 – Tomos e conteúdos das *Obras Completas*, de Andrés Bello

Fonte: Elaboração da autora a partir de Jaksić (2010, pp. 31-32)

Andrés Bello foi uma figura central não só no período em que viveu e atuou, principalmente no Chile, mas também durante o século XIX, uma vez que suas ideias sobre a língua fizeram eco em intelectuais formados por ele e em seus seguidores, que reproduzem seu ideário linguístico (Rojas, 2015). Nesse sentido, o venezuelano teve grande influência intelectual sobre estudiosos da língua no Chile e foi um agente de política linguística. Além disso, versões de sua gramática foram usadas ao menos até a metade do século XX no Uruguai e na Argentina.

Um olhar sobre a política linguística bellista: concepção, justificativas e alcances sociais

Nosso exame da política linguística de Andrés Bello para os novos territórios independentes da Espanha na América se dá a partir do entendimento teórico de Calvet (2002, 2010) sobre o tema. Primeiramente, interessa a diferença que o autor faz entre situação linguística e política linguística. A primeira diz respeito à situação social de uma língua ou ainda o espaço social visto de seu aspecto linguístico. Já a segunda opera sobre a situação linguística, por meio de agentes e em diferentes graus. Dito isso, Calvet (2002, p. 131) assim define as políticas linguísticas: “Chamaremos política linguística um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social, e de planejamento linguístico, a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato”.

Configuram-se como exemplos de política linguística de acordo com essa definição a implantação e revogação de leis sobre língua e seu estudo, programas, fóruns de discussão no âmbito do Mercosul, a ortografia da RAE, ações institucionalizadas de padronização da língua, acordos e tratados, a ortografia e a gramática de Bello, entre outras muitas formas.

Junto com a definição de política linguística, o autor traz também a definição de planejamento linguístico. É a aplicação concreta de uma política linguística, a ação de fato. Calvet (2002, pp. 133-134) vai dizer que “só o Estado tem o poder e os meios de passar ao estágio do planejamento, de pôr em prática suas escolhas políticas”. A implementação da política linguística de fato acontece pelo Estado.

Agora se relacionarmos esse conceito à questão da língua no território espanhol no continente americano, no período compreendido entre a chegada dos europeus e a conquista e colonização, século XV (1492) até o século XVIII, veremos que havia inicialmente uma política linguística específica para “castelhanizar” ou ensinar espanhol aos indígenas desse lugar por parte da Coroa espanhola através de documentos conhecidos como *Cédulas reales* (Arrossi, 2010). Reconhecidamente se sabe que a questão da língua nesse período ficou a cargo da Igreja Católica, com a ação dos missionários, de modo que não há como falar em ensino de língua na América colonial sem falar de transmissão da fé católica. Em meio a muita diversidade linguística e dificuldades de comunicação, a língua espanhola foi ganhando terreno e se sobrepondo, em muitos momentos, às línguas indígenas, em uma relação tensa, permeada por políticas linguísticas diferentes por parte da Coroa espanhola em relação à língua castelhana.

Há um período com uma política mais liberal porque se inicia uma política plurilíngue, com os *Austrias* (séculos XVI-XVII), a qual se pode apreciar nos seguintes documentos *Real Cédula* de 1513 (Juana I) e *Real Cédula* de 1550 (Carlos I). Depois, vem a *Real Cédula* de

1596 (Felipe II) que mantém o *castellano* como língua do império e da hispanização, mas possibilita que as línguas indígenas tivessem função de cristianização (Arrossi, 2010). A esse período, segue o dos *Borbones* (século XVIII em diante), que foram centralistas y conservadores em relação à língua tanto dentro da Espanha como nas colônias, implantando uma política monolíngue, como mostram a *Real Cédula* de 1768 e a *Real Cédula* de 1770 (Carlos III). Para esse fim, serve a criação da *Real Academia Española* (RAE, 1713), cujo lema é: “*limpia, fija y da esplendor*”, e se publica o *Diccionario de autoridades* (1726-1739).

Com o processo da independência política das colônias na América Hispânica, a língua espanhola se firma ainda mais. Ela é a língua da emancipação, da maior parte dos líderes do movimento, da construção dos Estados nacionais e da estruturação de seu mundo americano e civilizado. Ou seja, a independência e a vida nacional se fazem em “*castellano*”. Os insurgentes não recusam sua língua, o espanhol, aliás, ele não é questionado pelos próceres da independência, como, por exemplo, Simón Bolívar, nem por nosso autor, Andrés Bello. Eles já tomam a língua espanhola como um bem próprio, como parte da sua identidade pessoal e supranacional. Compreendem que a língua é o elo entre as novas Repúblicas. Houve quem discordasse dessa língua ser a língua nacional das novas nações, como Domingo Faustino Sarmiento e seus apoiadores, mas foi algo muito pontual. Fanjul (2011, pp. 310-311), assim se manifesta sobre essa questão: “Os dirigentes mais comprometidos com o desenvolvimento cultural autônomo das novas nações, e ainda com uma perspectiva de unidade continental, mostraram preferência pela unidade linguística embora isso significasse uma mesma identidade linguística com a Espanha”.

Nesse período, eles tinham consciência de que a língua espanhola que se falava na América não era idêntica à que se falava na Espanha, devido a uma série de fatores, entre eles, o contato com a diversidade linguística aqui presente e a sua convivência com as línguas indígenas. Nesse sentido, essa língua espanhola “diferente” foi tomada como própria, como elemento de identidade e como uma herança da Espanha, um bem comum que ela havia deixado.

A independência trouxe a consequência imediata da responsabilidade com o processo de estruturação dos Estados nacionais. Libertar foi o primeiro passo, o segundo, era construir esses Estados. Essa construção requeria um projeto político cultural de “*desbarbarización*” (Moré, 1999, p. 17) dos habitantes, que consistia na sua promoção ao mundo civilizado, com leis, educação, vida em sociedade, trabalho. Esse projeto estava na cabeça e nas mãos da elite intelectual e política local, formada pela classe *criolla*, que também foi responsável pelo processo de emancipação política. Andrés Bello participou ativamente dos momentos de pré-

independência, de independência e de pós-independência, como um sujeito dessa classe, um sujeito da elite.

Evidentemente que a situação linguística do espanhol até a independência se modificou bastante, mas ainda era de convívio com outras línguas, que lhe impactavam de diferentes formas, sejam elas as línguas indígenas, sejam as estrangeiras, como o francês e o inglês. Foi, a partir dessa situação e desse momento, que os governos buscaram formalizar ações sobre o ensino da língua nacional, configurando assim as primeiras políticas linguísticas em solo latino-americano sobre o espanhol.

É importante ressaltar que as intervenções sobre a língua não eram denominadas pelas expressões “política linguística” ou “política de línguas” ou “política cultural”, uma vez que não são encontradas nos textos produzidos no período por Bello ou por qualquer outro autor ou instituição. Moré (2017, p. 55) também se manifesta sobre o uso das expressões da seguinte forma:

A decir verdad, las expresiones “política lingüística” y “política cultural” constituyen anacronismos al ser utilizadas en este contexto. En los escritos acerca de las cuestiones gramaticales bellistas y, en general, en el conjunto de su obra no se encuentran tales términos, ni hay otros equivalentes que condensen de manera descarnada y, hasta cierto punto aséptica, el ejercicio de poder que supone la gramática y, en general, el saber sobre la lengua. No obstante, se pueden utilizar para articular conceptualmente afirmaciones dispersas en su de por sí dispersa producción textual sobre el asunto que examinamos. Para Bello, como para sus contemporáneos, la generación de conocimiento no está desvinculada de la acción política; al contrario, existe una clara consciencia de que la función trascendente del saber sistemático se localiza en esta dimensión, y que es en ella donde la labor intelectual relacionada con el lenguaje encuentra justificación y sentido último.

Além de apresentar as definições do conceito de política linguística e de planejamento linguístico, Calvet (2002, 2007) compreende que existem duas formas de política linguística, duas gestões das situações linguísticas: “*in vivo* e *in vitro*” (Calvet, 2002, p. 134), sendo que “uma procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas” (Calvet, 2007, p. 69).

Para o autor (2007, p. 69), as políticas linguísticas *in vivo* se difundem na prática dos falantes por meio de um consenso, ou seja, procedem das práticas sociais. Elas se referem “ao modo como os falantes resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente”. Esse tipo de política não se executa por decisão oficial, via decreto ou lei.

Já as políticas linguísticas *in vitro* são ações de linguistas, que analisam as situações linguísticas, descrevem línguas, formulam hipóteses, propõem soluções de problemas, que são estudadas, escolhidas, aplicadas e implementadas pelo Estado por força de leis, tratados, normativas, orientações, entre outros. (Calvet, 2007). Nos séculos XV-XVII, essa forma de política existia por parte da Coroa espanhola para a Espanha e suas colônias, mas não era orientada por linguistas, e sim por gramáticos, filósofos, lexicógrafos. No período pós-independência, torna-se mais evidente porque se passa a ter consciência do papel fundamental que tem a língua na edificação do Estados nacionais.

Considerados esses conceitos teóricos de Calvet (2002, 2007), basilares para nossa reflexão, esperamos que nos ajudem a compreender a natureza, a justificativa, a finalidade, o alcance bem como a forma de política linguística praticada por Andrés Bello. Vamos começar a entender como ela surge? Como se dá sua concepção?

Primeiramente, a política linguística de Bello é pensada e planejada para as nações de língua espanhola recém-independentes da Espanha, no continente americano, desenvolvendo-se na primeira e segunda metades do século XIX, encaixando-se no tempo entre 1842 a 1938, apontado por Cartagena (2002, p. 60) como o “período de estandarización de la lengua española en Chile”. Ainda em Londres, Andrés Bello escreveu um texto em coautoria com Juan García del Río intitulado *Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América* e publicado em 1823, no jornal inglês *Biblioteca Americana*, e republicado em 1826, no *Repertório Americano*. Este artigo é uma das primeiras manifestações de Bello sobre a questão da língua espanhola no continente americano. Voltam-se para esse tema uma vez que consideram a importância do estudo da língua nacional, o que se vê já no parágrafo introdutório do artigo:

Unos de los estudios que más interesan al hombre es el del idioma que se habla se habla en su país natal. Su cultivo y perfección constituyen la base de todos los adelantamientos intelectuales. Se forman las cabezas por las lenguas, dice el autor del *Emilio*, y los pensamientos se tiñen del color de los idiomas. (Bello, 2013, p. 51)³.

Nesse sentido, apresentam sua preocupação em torno da situação linguística vigente no continente, no referente ao espanhol, porque ela pode impactar fortemente o projeto de construção nacional. Os autores apontam um problema nessa situação:

El cultivo de aquel idioma [el castellano] ha participado allí de todos los vicios del sistema de educación que se seguía; y aunque sea ruboroso decirlo, es necesario confesar que en la generalidad de los habitantes de América no se encontraban cinco personas en ciento que poseyesen gramaticalmente su propia lengua, y apenas una que

la escribiese correctamente. Tal era el efecto del plan adoptado por la corte de Madrid respecto de sus posesiones coloniales, y aun la consecuencia necesaria del atraso en que se encontraba la misma España (Bello, 2013, p. 51).

Esse problema funciona como uma espécie de “diagnóstico”, que serve de ponto de partida para a intervenção de Bello, sobretudo, sobre a língua. Na verdade, os autores detectam o analfabetismo na língua espanhola e o mau ou pouco conhecimento dela por partes dos falantes. Segundo eles, esse problema é resultado da negligência da metrópole em relação a essas colônias e do próprio atraso dela. Esse entendimento reitera a falta de uma política linguística sistematizada pelo Estado para o ensino da língua nas colônias hispânicas na América. Além disso, o fato de não haver uma proposta de ensino do espanhol, faz, segundo os autores, com que a diversidade linguística exista livremente. Então há um espanhol em muitas variedades em contato com muitas línguas indígenas. Não se sabe a língua do “país natal” (que já é tomado como sendo o espanhol) porque há muita diversidade. Essa é a causa, que só existe devido à ausência de uma política linguística do governo, isto é, uma gestão *in vitro* (Calvet, 2010).

A situação problemática da língua espanhola apontada persiste quando Bello chega ao Chile, em 1829. Ele observava que não havia um cuidado com a ortografia nem uma ortografia comum. Estava diante de uma espécie de:

“caos ortográfico” que julgava necessário enfrentar, uma vez que essa realidade, ao seu ver, não contribuía para a formação cidadã da jovem nação republicana. Então, passou a censurar os referidos traços da oralidade dos falantes, apresentando textos posteriores em que foi ensinando o “bom uso” da língua (Werner, 2022, p. 73).

Naturalmente, Bello não foi o único intelectual a ensinar o “bom uso” da língua espanhola e a censurar o “mau uso”, houve também estudiosos contemporâneos que comungavam de suas ideias bem como continuadores desse pensamento, cujos trabalhos publicados podem atestar essas ações.

A solução apresentada por Bello e Del Río para resolver o problema detectado na situação linguística do espanhol no período passa pela uniformização dessa língua para que possa ser mais facilmente aprendida e preservada. Compreendemos que os autores vão além de visualizar um problema linguístico e criticar a prática dos falantes, uma vez que apresentam uma proposta de padronização de um aspecto da língua, a ortografia, como expressa o título. Sendo assim, essa proposta, além de um “diagnóstico”, se torna uma intervenção sobre a língua e passa a fazer parte da política linguística mais tarde, pois, por

algum tempo, passou a ser institucionalizada pelo Estado, no caso, o chileno, embora questionada e depois substituída.

No referido artigo, que adquire um estado de primeiro “tratado ortográfico” da língua espanhola para a América Latina, sobretudo no Chile, produzido por não espanhóis, os autores recusaram o critério etimológico usado *Real Academia Española* (RAE), porque não servia à realidade linguística dos falantes latino-americanos que eram, em sua maioria, analfabetos. Valem-se então do critério da pronúncia comum e regular.

Como o próprio título expressa, o objetivo dos autores era apresentar uma proposta que tornasse a grafia das palavras em espanhol mais simples e comum em todos os países hispano-falantes, na América Latina, isto é, “simplificar y uniformar”, ou “simplificar para uniformar” (Rosenblat, 1951/1981, p. 91). Bello e Del Río apostavam na articulação dessas duas ideias para realizar as mudanças esperadas, que tinham um sentido pragmático, de democratização do ensino. Pensavam que elas se dariam de modo gradual, e, devido a isso, propuseram a aplicação da sua ortografia em duas etapas, conforme a Figura 2:

<p>ÉPOCA PRIMERA</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sustituir la <i>j</i> a la <i>x</i> y a la <i>g</i> en todos los casos en que estas últimas tengan el sonido gutural árabe.2. Sustituir la <i>i</i> a la <i>y</i> en todos los casos en que ésta haga las veces de simple vocal.3. Suprimir el <i>h</i>.4. Escribir con <i>rr</i> todas las sílabas en que haya el sonido fuerte que corresponde a esta letra.5. Sustituir la <i>z</i> a la <i>c</i> suave.6. Desterrar la <i>u</i> muda que acompaña a la <i>q</i>. <p>ÉPOCA SEGUNDA</p> <ol style="list-style-type: none">7. Sustituir la <i>q</i> a la <i>c</i> fuerte.8. Suprimir la <i>u</i> muda que en algunas dicciones acompaña a la <i>g</i>.

Figura 2 – Indicações ortográficas de Bello e Del Río
Fonte: Bello & Del Río (1823)

Tal proposta de reforma ortográfica foi posta para avaliação da classe ilustrada latino-americana, sendo oficializada no Chile na década de 1840, após discussões e avaliações de outra proposta, a de Sarmiento. No entanto, ela vigorou até 1851, quando foi cancelada pelo governo, sendo que o próprio reconheceu que as escolas não precisavam mais respeitá-la. Tempos depois, volta-se a utilizar a norma acadêmica.

Mesmo tendo um alcance limitado em função de muitos não seguirem a norma ortográfica chilena, a discussão foi importante, pois oportunizou pensar sobre a língua e sobre

problemas em torno dela: altas taxas de analfabetismo (Cartagena, 2002) e falta de cuidado na grafia. Esses problemas linguísticos afetavam a sociedade da época, pois saber ler e escrever bem e da mesma forma propiciava o acesso às leis e o exercício da cidadania.

A situação linguística apontada por Bello precisa, além de uniformizar a ortografia, “gramatizar” a língua, isto é, colocar a língua numa gramática, ou seja, num “instrumento linguístico” (Auroux, 1992/2014). A primeira etapa passa pela eleição do código a ser gramatizado, o que já sabemos não foi uma questão de forte debate, porque a língua espanhola foi mantida. Na verdade, o que foi escolhido pela elite intelectual foi uma variedade dessa língua, a variedade culta, praticada pela “*gente educada*”, com a justificativa de ser a mais uniforme e a que mais se entendia, conforme o *Prólogo da Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (Bello, 1847). Para Moré (2004), a seleção da variedade da língua a ser gramatizada, nesse caso, se dá mediante três critérios: o sócio-cultural (uso da gente culta), o geográfico-dialetal (o uso de Castela) e o semiótico-discursivo (o uso escrito da língua, representado pela literatura do Século de Ouro).

Observamos que, na primeira dimensão considerada, o gramático não declara de onde é esse falante culto, o que nos autoriza a pensar que não importa de que lugar é esse falante educado. Esse detalhe nos revela uma característica da política linguística que Bello desenvolveria, que reconhece o direito do falante culto de espanhol latino-americano de reger, de participar da construção da norma, porque também sabe sua língua, status ao qual o intelectual venezuelano se inclui, e não somente o centro espanhol, representado pela RAE.

Tal perspectiva é totalmente nova para aquele momento. A isso a Sociolinguística hoje chama de uma política linguística policêntrica, quando demonstra não haver um centro único de padronização da língua. Para Fanjul (2011, p. 312), “antecipa-se em Bello, a percepção e legitimação de uma padronização policêntrica apoiada nos usos de prestígio local”, isto é, dos usos dos falantes educados das nações latino-americanas. Nesse sentido, Bello advoga no *Prólogo* da sua gramática, de 1847:

No se crea que recomendando la conservacion del castellano sea mi ánimo tachar de vicioso i espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hai locuciones castizas que en la Península pasan hoi por anticuadas, i que subsisten tradicionalmente en Hispano-América: ¿por qué proscribirlas? Si segun la practica jeneral de los americanos es mas analójica la conjugacion de algun verbo, ¿por qué razon hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raices castellanas hemos formado vocablos nuevos, segun los procederes ordinarios de derivación, que el castellano reconoce, i de que se ha servido i se sirve continuamente para aumentar

su caudal de voces, ¿qué motivo hai para que nos avergoncemos de usarlos? Chile i Venezuela tienen tanto derecho como Aragon i Andalucía para que se toleren sus accidentales diverjencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme i auténtica de la jente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y correccion del lenguaje, que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy dia aun las obras mas estimadas de los escritores peninsulares (Bello, 1847, p. XII).⁴

A segunda etapa é a produção de instrumentos, seja gramática, dicionário, glossário, tratado, manual, que estabilizem e uniformizem a variedade escolhida e transformem-na em norma. No caso de Bello, produziu textos de diferentes gêneros, mas o seu maior triunfo nessa tarefa e como agente da política linguística foi a elaboração da *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, em 1847.

A terceira etapa era implementar no sistema educativo os textos produzidos, que haviam ordenado e uniformizado a língua espanhola, a qual agora estava em condições de ser aprendida pelos falantes.

Portanto, se proclamam a necessidade de produzir e editar textos linguísticos, a sua promoção e ensino. O conteúdo desses textos desenvolve questões importantes e decisivas sobre o estudo e conhecimento do espanhol culto por parte dos cidadãos e apontam regras para a prática da língua, isto, é sua regulação. Isso levaria à estabilidade do código, sua uniformização e preservação.

Quanto às justificativas da política linguística de Bello, conforme Moré (2017), teriam duas. A primeira delas se refere à função que cumpre em relação ao próprio código. Ou seja, existe o medo de fragmentação da língua espanhola no território independente, na época dividido em diferentes e muitas nações, à maneira do que ocorreu com o latim. A exposição as transformações e à diversidade local assombrava a elite pensante do momento. Diante disso, havia necessidade de ações sobre a língua que garantissem a preservação do código, que era tomado como o elemento que as jovens nações tinham em comum. Ou seja, a língua espanhola era o elo entre elas, o elemento comum que as identificava.

Não é que não se admitisse que a língua pudesse sofrer mudanças. Nosso autor, por exemplo, aceitava o dinamismo da língua, mas desde que se desse por necessidade e por uso, defendendo que devia enriquecer a língua e não gerar transtornos. Então, poderia acontecer no léxico, quando não houvesse um significante correspondente na língua espanhola, mas não deveria afetar os níveis morfológico e sintático. Sobre as transformações na língua, Bello se manifesta no *Prólogo* da sua gramática de 1847: “Una lengua es como un cuerpo viviente: su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de

las funciones que estos ejercen, i de que proceden la forma i la índole que distinguen al todo” (Bello, 1847, pp. IX-X).

O investimento em conhecimento gramatical e ortográfico é compreendido como necessário para regular as transformações e a prática linguística dos falantes, para que se possa conseguir a preservação do código. É nesse ponto em que a política de Bello se localiza, pois é nessa frente onde mais atua.

A segunda justificativa da política linguística bellista se refere à língua espanhola como instrumento de comunicação. Ou seja, não basta preservar essa língua, mas é preciso garantir que ela continue sendo o meio de entendimento, de sustentação da dinâmica da realidade política e cultural vigente. Ao preservar o código, homogeneizando o uso, se garante o entendimento, a comunicação.

Para Moré (2017), os argumentos usados por Bello para justificar sua política linguística vão além do papel da língua espanhola no funcionamento do Estado e da economia. O estudioso aponta para outras duas dimensões:

La primera [...], corresponde al papel que otorga a la lengua en la articulación del conglomerado de naciones surgidas con la independencia [...] La segunda dimensión nos sitúa ante el proyecto civilizatorio mencionado al inicio. La política lingüística se valida también por la necesidad de contar con un instrumento para desarrollar y propagar los sistemas de valores, instituciones y creencias modelados de acuerdo con los parámetros de la civilización moderna (Moré, 2017, p. 59).

A política linguística de Andrés Bello tem alcances sociais diferentes em lugares diferentes. Ela se projeta sobre os sujeitos com maus hábitos linguísticos, com “*prácticas viciosas*” e sobre as crianças e jovens que estão sob a tutela de pais e docentes, conforme sinalizam alguns de seus textos. A empresa gramatical de Bello pretende ser, em um primeiro momento, para destinatários dos setores mais cultos da população que “não sabem a língua” porque não têm condições de estudá-la, e, depois, a longo prazo, para as demais camadas da população, almejando o destinatário amplo e explícito declarado no título de sua *Gramática* (1847): *al uso de los americanos*.

Os alcances concretos da política linguística de Bello, no referente aos instrumentos linguísticos produzidos, se desenvolvem no âmbito nacional, com textos mais restritivos ao Chile, e no âmbito supranacional, com textos mais amplos, isto é, para todos os países hispano-falantes da América Latina.

Para exemplificar tais alcances, apontamos alguns textos produzidos exclusivamente como formas de intervenção sobre a língua e sobre a prática dos falantes no Chile:

Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuelas (1833, 1834), *Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile el día 17 de septiembre de 1843*, *Compendio de gramática castellana escrito para el uso de las escuelas primarias* (1851).

Já, a nosso ver, estes textos têm ressonância continental: *Indicaciones sobre la conveniencia de reformar y uniformar la ortografía en América* (1823), *Gramática castellana* (1832), *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847).

Todos esses textos refletem e desenvolvem a política de ação sobre a língua de Bello, sendo alguns com medidas mais pontuais e locais e outros com medidas mais gerais. No entanto, é, principalmente, com a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), publicada no Chile, que a política linguística do intelectual se consolida, pois ela abriga um saber gramatical sobre a língua nacional das novas repúblicas, uniformizada, livre do fantasma da fragmentação, normalizada e apta para ser aprendida. Com essa obra, Bello pensa contribuir para a solução do problema apontado na situação linguística do Espanhol na América Latina no texto de 1823. No *Prólogo*, afirma ser uma “gramática nacional”, mas também se pode ler “gramática pedagógica”, embora não a tenha designado dessa forma, porque tem a preocupação de dividi-la em dois cursos, provavelmente pensando no ensino.

No saber gramatical (na obra gramatical), ou ainda na *Gramática* (1847), definem-se os objetivos gerais da política e as linhas de ação, justifica-se o planejamento desde o campo do poder (“gramática nacional”) e se enuncia um discurso que almeja ser a representação da língua, a qual virá a moldar a prática linguística dos falantes. A política linguística de Bello se marca na língua, na medida que está na sua enunciação, no discurso metalinguístico que elabora nesse texto. Essa obra é reflexo da política linguística que regula e preserva a língua espanhola, civiliza o falante ao disciplinar sua prática de linguagem e implementa a ação sobre a língua, uma vez que foi adotada de alguma forma no sistema educativo das recentes repúblicas.

La gramática es la instancia en que se expresan y definen las decisiones (qué enseñar, cómo enseñar, a quién enseñar, por qué enseñar, etc.), que, bajo la forma de acciones, pretenderán hacer realidad los objetivos de la intervención del poder sobre el uso de la lengua: uniformar los hábitos lingüísticos y garantizar la unidad del código de comunicación (Moré, 2004, p. 69).

O que se vê com isso é o papel do saber gramatical – formado por um conjunto de textos produzidos – vai além de ser um instrumento da planificação linguística. É também um

espaço de ordenação da língua a partir de uma variedade escolhida, por ser a mais homogênea e, por isso, de mais fácil entendimento, em coexistência e correlação com outras variedades mais heterogêneas. Por exemplo, a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847) vem a ser não só um instrumento linguístico, com seu papel, mas fonte para a legitimação da política linguística do autor, como sujeito da elite intelectual e política do século XIX, na América hispano-falante.

Considerações finais

A participação de Bello no projeto de edificação dos Estados nacionais e na realização da transformação cultural na América Espanhola vai muito além de seu labor no campo da língua, uma vez que sua atuação decisiva se deu também no âmbito educativo e no legal, buscando em todos eles a ordem. Jaksic (2019, pp. 13-14) resume a contribuição desse intelectual nesses termos:

El aporte de Bello a la historia hispanoamericana del siglo XIX consistió en la elaboración de un programa de orden que partía de las antagónicas realidades de la guerra y de la revolución para construir las nuevas repúblicas sobre fundamentos sólidos [...] construir un programa basado en el imperio de la ley y en la unidad cultural fomentada por la educación y el lenguaje.

A política linguística proposta por Bello contribui para esse “programa de ordem” no que se entende por uniformizar a língua, regando a prática linguística dos falantes, e por garantir a unidade do código de comunicação. Essas ações sobre a língua tiveram outros efeitos como a atitude depreciativa sobre a variação dialetal e a submissão das línguas indígenas, de modo que modificou, impactou a comunidade plurilíngue existente quando essa política foi colocada em prática.

Como vimos, tal política se dá no interior de uma política cultural e governamental que visa a construir um novo mundo, civilizado, moderno, que sente as bases dos Estados-nação. Nesse sentido, compreendemos que a proposta bellista de intervenção sobre a língua espanhola se apresenta predominantemente como uma “gestão *in vitro*” (Calvet, 2002, 2007), diante da situação social em que essa língua se apresentava. Uma política difundida pelo Estado e entendida como necessária para aquela conjuntura sócio-histórica e política, pois o território hispano-falante na América carecia de uma intervenção dessa natureza anteriormente.

Ao caracterizar a política linguística de Bello como uma política predominantemente *in vitro*, estamos falando de textos cujas ideias sobre a língua foram seguidas pelo Estado. Por

exemplo, o texto de 1823, que contém a proposta ortográfica, foi assumido pelo Estado como um tratado durante certo tempo, ainda que tenha sucumbido; a *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*, de 1847, foi adotada no sistema educativo chileno e de outras Repúblicas. Se são textos adotados, difundidos, recomendados integram uma política linguística do Estado, uma vez que o poder e os meios dessa Instituição são utilizados para passar ao estágio do planejamento linguístico, isto é, da implementação.

Além disso, a política linguística de Bello também se caracteriza por ser de caráter policêntrico (Fanjul, 2011), pois promove a América hispano-falante como outro lugar de padronização da língua espanhola, que assim está autorizada porque tem falantes cultos, tem uma elite intelectual. Quem sabe reler e examinar políticas linguísticas do passado para a língua espanhola, no caso a de Andrés Bello, intelectual latino-americano do século XIX, possa nos fazer refletir sobre as políticas linguísticas atuais e atentar sobre elas, como, por exemplo, a política do pan-hispanismo, de modo a compreender seus efeitos sobre o futuro da língua espanhola no mundo.

Referências

- Alonso, A. (1995) Introducción a los estudios gramaticales de Andrés Bello. In: A. Bello, *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos. Obras Completas* (Vol. IV, pp. IX-LXXXVI). Caracas - Ediciones del Ministerio de Educación. (Trabalho original publicado em 1951).
- Amunátegui, M.L. (1882). *Vida de Don Andrés Bello*. Pedro G. Ramírez.
- Ardao, A. (1986). *Andrés Bello, filósofo*. Academia Nacional de la Historia.
- Arrossi, F. (2010). Las políticas lingüísticas en los territorios argentino y brasileño: rastro de pares lingüísticos en tensión. In E. Arnoux & R. Bein (Comps.), *La regulación política de las prácticas lingüísticas*. EUDEBA.
- Auroux, S. (2014). *A revolução tecnológica da gramatização*. (3ª ed., E. P. Orlandi. trad.) Editora da Unicamp. (Trabalho original publicado em 1992).
- Calvet, L.-J. (2002). *Sociolingüística: uma introdução crítica*. (2ª ed. M. Marcionilo, trad.). Parábola Editorial.
- Calvet, L.-J. (2007). *As políticas linguísticas*. (I. O. Duarte et. al., trad.). Parábola Editorial/Ipól. (Trabalho original publicado em 1996).
- Cartagena, N. (2002). *Apuntes para la historia del español en Chile*. Rumbos.

- Fanjul, A. P. (2011). “Policêntrico” e “Pan-hispânico”: deslocamentos na vida política da língua espanhola. In X. Lagares & M. Bagno (Orgs.), *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (pp. 299-331). Parábola Editorial.
- Guimarães, E. (2002). *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Pontes Editores.
- Guimarães, E. (2018). *Semântica, enunciação e sentido*. Pontes Editores.
- Jaksić, I. (2010). *Andrés Bello: la pasión por el orden*. Santiago de Chile - Editorial Universitaria.
- Jaksić, I., Lolas, F., & Olivier, A. M. (Orgs.) (2013). *Gramática de la libertad. Textos sobre lengua y literatura*. Fondo de Publicaciones Americanistas y Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad de Chile.
- Jaksić, I. (2019). *Andrés Bello: Repertorio Americano. Textos escogidos*. Penguin Random House.
- Moré, B. (1999). *Lengua, gramática y poder en la obra de Andrés Bello*. Tesis de Postgrado, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad de los Andes, Mérida. <http://bdigital.ula.ve/documento/2436>
- Moré, B. (2004). La construcción ideológica de una base empírica: selección y elaboración en la gramática de Andrés Bello. In J. del Valle & L. Gabriel-Stheeman (Eds.), *La batalla del idioma. La intelectualidad hispánica ante la lengua* (pp. 67-92). Vervuert/Iberoamericana.
- Moré, B. (2017). Normalizar, preservar, civilizar: la política lingüística en la obra gramatical de Andrés Bello. *Derecho y Reforma Agraria, Ambiente y Sociedad*, 43, 53-60.
- Rojas, D. (2015). *Ideologías y actitudes lingüísticas en el Chile hispanohablante de la segunda mitad del siglo XIX*. Tesis de Doctorado, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Valladolid, Valladolid. <http://uvadoc.uva.es/handle/10324/11799>
- Rosenblat, A. (1981). Las ideas ortográficas de Bello. In A. Bello, *Obras Completas* (Vol. V, pp. 9-138). Ediciones del Ministerio de Educación. (Trabajo original publicado en 1951).
- Trujillo, R. (1988). Estudio preliminar. In A. Bello, *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (Tomo I, pp. 7-163). Arco Libros.
- Velleman, B.L. (1976). El influjo del empirismo inglés en el pensamiento gramatical de Bello. *Thesaurus XXXI(1)*, 1-13.

Werner, K.C.G. (2022). *A noção de língua na Gramática Castellana (1847), de Andrés Bello: conjuntura histórica e política*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Corpus

- Bello, A. (1833-1834). Advertencias sobre el uso de la Lengua Castellana a los padres de familia, profesores de los colegios y maestros de escuelas. *Periódico El Araucano*. Santiago de Chile.
- Bello, A. (1847). *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos*. Imprenta del progreso.
- Bello, A. Compendio de gramática castellana escrito para el uso de las escuelas primarias (1884). In A. Bello, *Obras completas de Don Andrés Bello. Opúsculos gramaticales* (Vol. V, 303-378). Pedro G. Ramírez. (Trabalho original publicado em 1851).
- Bello, A. (2015). Discurso pronunciado en la instalación de la Universidad de Chile el día 17 de septiembre de 1843. In I. Jaksic (Ed.), *Todas las verdades se tocan* (pp. 17-41). Manifiestos.
- Bello, A. (1884). Gramática castellana. In A. Bello, *Obras completas de Don Andrés Bello. Opúsculos gramaticales* (Vol. V, pp. 457-465). Pedro G. Ramírez. (Trabalho original publicado em 1832).

Notas

¹ Tese de Doutorado apresentada por Kelly Cristini Granzotto Werner ao PPG Letras UFSM – RS – BR, em 25 de janeiro de 2022, cujo título é “*A noção de língua na Gramática Castellana (1847), de Andrés Bello: conjuntura histórica e política*”, e orientada pela professora Eliana Rosa Sturza. A tese aborda a noção de língua na *Gramática de la lengua castellana, destinada al uso de los americanos* (1847), de Andrés Bello, a partir da perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento (2002, 2018), desenvolvida pelo professor brasileiro Eduardo Guimarães.

² Ao publicar a obra em 1841, Bello reconheceu que teria sido escrita trinta anos antes, o que remeteria a 1811, período que ainda estava em Caracas (Jaksic, 2010, p. 55).

³ Neste artigo, tomamos o texto publicado em *Gramática de la libertad* (Jaksic et al., 2013).

⁴ Utilizamos a primeira edição da gramática e mantivemos a ortografia original.